

GABINETE DA VEREADORA DANI PORTELA

Requeremos à Mesa Diretora, nos termos do art. 264, inciso I, do Regimento Interno, cumpridas as formalidades legais e ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, que seja encaminhado um **VOTO DE APLAUSOS** ao **Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)**, em comemoração aos 40 anos de luta por Direitos Humanos.

Dê-se ciência da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição a referida instituição com sede na Rua do Sossego, 432, Boa Vista – Recife, CEP: 50050-080.

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), os Direitos Humanos são inerentes a todos os seres humanos, eles “incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos têm direito a estes direitos, sem discriminação¹”. Porém, mesmo que sejam considerados direitos universais, conforme destacado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)², que é um importante marco na história dos Direitos Humanos, estes direitos ainda são violados para muitas pessoas em condições de vulnerabilidade.

Diante desse cenário de violação de direitos, temos importantes instituições que vão atuar como o objetivo principal de garantia desses direitos. Dentre essas instituições, está localizado no Recife o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), que é uma entidade da sociedade civil criada em 15

¹ <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>

² “Redigida por representantes com diferentes origens legais e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, a 10 de dezembro de 1948”. Disponível em: <<https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>>. Acesso em: 26/11/2021.



GABINETE DA VEREADORA DANI PORTELA

de novembro de 1981, com Status Consultivo Especial no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU³.

Tem como missão “Defender e promover os Direitos Humanos, com foco no Acesso à Justiça e Segurança, em especial, dos segmentos socialmente vulneráveis, através da Educação em Direitos Humanos, do Controle Social e do Monitoramento de Políticas Públicas, visando à construção de uma sociedade digna, justa e democrática⁴”. Dito isso, ao longo desses 40 anos de atuação, o GAJOP tem incidência nacional na luta e defesa pelos Direitos Humanos principalmente das crianças e de adolescentes, integra a Rede Justiça Criminal, a Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas e a Agenda Nacional pelo desencarceramento.

Dentre suas ações de monitoramento e fiscalização das políticas que garantam os Direitos Humanos, destaca-se a presença da instituição no “Conselho Estadual de Direitos Humanos | PE, realiza fiscalização do Sistema Prisional, é filiado ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), coordena a Associação Nacional dos Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), compõe a Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong), a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DHESCA Brasil) e outros espaços de controle social das Políticas Públicas”⁵.

O GAJOP tem como objetivos institucionais: “Contribuir para efetivação dos direitos à segurança cidadã e justiça social; Atuar na promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Colaborar para a construção de uma cultura de Direitos Humanos que venha viabilizar o enraizamento na sociedade dos valores do Estado Democrático de Direito; Realizar estudos e pesquisas em matéria de Direitos Humanos; Contribuir para a preservação da vida, a integridade física e psicológica, a conquista da liberdade e das condições igualitárias das pessoas; Promover formação em Direitos Humanos”⁶.

³ Disponível em: <<https://gajop.org/sobre-o-gajop/>>. Acesso em: 26/11/2021.

⁴ Idem

⁵ Ibidem.

⁶ Ididem.



GABINETE DA VEREADORA DANI PORTELA

Para alcançar esses objetivos, suas ações têm se concentrado em diferentes áreas de atuação. Destacamos algumas dessas áreas: a primeira delas é a área do Acesso à justiça através da proteção jurídico-social, focando em casos emblemáticos de violação de Direitos Humanos. Essa proteção ocorre via apoio jurídico, administrativo e legislativo. Aqui podemos citar por exemplo, o apoio da instituição ao caso do menino Miguel.

O GAJOP também atua no Monitoramento da Política de Segurança Pública utilizando da *Advocacy* que “constitui-se numa estratégia chave para garantir os Direitos Humanos e ampliação da cidadania”⁷. A instituição utiliza dessa estratégia para garantir sua incidência política com vistas à transformação política e social, a partir das prioridades do campo dos Direitos Humanos. Nessa área de atuação destaca-se a atuação do GAJOP em conselhos, fóruns públicos e de consulta, campanhas, comitês, no ambiente legislativo, entre outros.

A instituição também tem como área prioritária a Educação em Direitos Humanos através da produção e divulgação conhecimento crítico sobre os Direitos Humanos. Assim, a instituição apresenta uma vasta produção de livros, textos, artigos, vídeos, além da realização de eventos, seminários, formações políticas na defesa desses direitos.

A Comunicação também tem sido um dos focos da atuação da instituição, onde ela vem ao longo desses 40 anos estabelecendo diálogo com um público diverso, produzindo materiais de divulgação como folders, cartilhas, infográficos, entre outros com o objetivo de visibilizar as ações da instituição e fortalecer a pauta da defesa dos Direitos Humanos.

Uma das principais áreas de atuação da instituição está na Mobilização social e comunitária, onde são feitas articulações de ações com os sujeitos prioritários na busca dessa efetivação dos Direitos Humanos. “Esta estratégia engloba as iniciativas de fortalecimento de redes, fóruns, parcerias, advocacy, qualificação da comunicação e o

⁷ Disponível em: < <https://gajop.org/areas-prioritarias-de-atuacao/>>. Acesso em: 26/11/2021.



GABINETE DA VEREADORA DANI PORTELA

estímulo ao protagonismo social de comunidades e indivíduos vítimas de violação de direitos⁸”.

Assim, solicito aos meus Pares, ciente de que o **Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)** é uma instituição prestigiada e reconhecida pelas vereadoras e vereadores da Cidade do Recife, apoio para que possamos aprovar o presente requerimento.

Câmara Municipal do Recife, 26 de novembro de 2021.

DANI PORTELA

Vereadora da Câmara Municipal do Recife

⁸ Idem

